



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
HONORIS CAUSA PELA UNIVERSITAS HASANUDDIN**

**“SOBERANIA E RESILIÊNCIA NACIONAL
NUM MUNDO EM DISPUTA”**

Universitas Hasanuddin, Makassar

5 de setembro de 2026



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Magnífico Reitor, Prof. Dr. Ir. Jamaluddin Jompa, M.Sc.,
Prof. Suharman Hamzah, Ph.D., Vice-Reitor para as Parcerias e Internacionalização,
Prof. Dr. Hafid Abbas,
Prof. Dr. Phil Sukri, S.IP., M.Si.,
Dr. (HC) Lutfi Rauf, MA.,
Distintos académicos e convidados,
Estudantes,
Senhoras e Senhores,

É para mim um enorme privilégio receber este doutoramento honoris causa da Universitas Hasanuddin.

É também uma honra seguir os muitos líderes e figuras públicas de relevo que receberam esta distinção antes de mim.

Este reconhecimento assume um significado ainda maior por ser concedido por uma universidade que participa na construção da nação indonésia desde os primeiros anos da República.

A Universitas Hasanuddin foi fundada em 1956, pouco mais de uma década depois de a Indonésia ter proclamado a sua independência.

A sua criação fez parte do grande esforço nacional para construir as instituições e as capacidades da nova República.

A independência tinha sido conquistada, porém o trabalho de construção do país estava apenas a começar. A Indonésia precisava de médicos, engenheiros, professores, cientistas e até de juristas.

Mas as universidades tinham uma missão mais ampla do que a formação de profissionais. Eram espaços onde os indonésios podiam desenvolver o seu próprio conhecimento, debater ideias e dar à nova nação a imaginação de que precisava para moldar o seu futuro.

Para a Indonésia, o maior Estado arquipelágico do mundo, o conhecimento do mar era particularmente importante.

Durante muitas décadas, o mar tem ocupado um lugar de destaque no ensino e na investigação da Universitas Hasanuddin, nomeadamente através da sua Faculdade de Ciências Marinhas e Pescas. O mar que os vossos cientistas marinhos estudam é também o nosso mar.

Timor-Leste e a Indonésia partilham a ilha de Timor. Partilhamos também os mares que nos rodeiam.

Para o povo timorense, o mar faz parte de quem somos.

Moldou a nossa cultura e a nossa história. Proporciona alimento e meios de subsistência às nossas comunidades. E contém recursos que ajudarão a garantir o futuro da nossa nação a longo prazo.

A própria narrativa das nossas origens coloca o oceano no centro da relação entre o povo timorense e a nossa terra.

O mar é também indissociável da nossa soberania. Para Timor-Leste, o estabelecimento de fronteiras marítimas permanentes tem sido uma parte fundamental da conclusão do processo de independência.

E, porque partilhamos estes mares com a Indonésia, a sua delimitação e gestão pacíficas constituem uma parte importante da relação entre os nossos dois países.

Esta questão da soberania faz também parte da identidade desta universidade.

A Universitas Hasanuddin tem o nome do Sultão Hasanuddin, herói nacional da Indonésia, recordado pela sua resistência à dominação estrangeira.

A sua vida insere-se numa história mais vasta desta região, uma história de povos que defenderam a sua independência e resistiram à ideia de que outros tinham o direito de determinar o seu futuro.

A sua luta teve lugar noutro século e num mundo diferente. Mas a questão fundamental que esteve no centro dessa luta está presente em toda a história moderna do Sudeste Asiático.

Quem tem o direito de decidir o futuro de um povo?

A Indonésia confrontou-se com esta questão ao longo de séculos de domínio colonial e durante a sua luta pela independência.

O povo timorense enfrentou a mesma questão. Durante 24 anos, resistimos à ocupação e lutámos pela autodeterminação.

Mas compreendíamos também que a nossa luta fazia parte de uma história muito mais ampla.

Por todo o mundo colonizado, os povos lutaram para pôr fim ao domínio colonial e conquistar a independência. As suas lutas redesenharam o mapa político do mundo.

Surgiram novas nações e aqueles a quem tinha sido negada a liberdade política começaram a decidir os seus próprios destinos.

A Indonésia esteve no centro de um dos momentos mais marcantes desse movimento. Em Bandung, em 1955, Sukarno, Nehru, Zhou Enlai e Nasser juntaram-se a líderes de toda a Ásia e África, cujos países tinham sofrido a guerra e a dominação estrangeira.

Sentia-se que um novo mundo era possível.

A Conferência de Bandung contribuiu para afirmar os princípios da igualdade soberana, do respeito entre as nações e da resolução pacífica de conflitos.

Ajudou a inspirar o Movimento dos Países Não Alinhados e uma tradição de cooperação entre países em desenvolvimento que continua a fazer-se sentir nos dias de hoje.

O Presidente Sukarno compreendeu também que o fim do domínio colonial formal não significava que a dominação tivesse desaparecido.

Em Bandung, alertou para o facto de o colonialismo poder regressar sob novas formas, através do poder económico, da pressão política e do controlo exercido a partir do exterior.

O seu alerta já se concretizava no contexto da Guerra Fria. A linguagem tinha mudado, mas os países poderosos continuavam a acreditar que podiam ditar as escolhas das nações mais fracas.

A nossa região sofreu profundamente quando os princípios acordados em Bandung foram postos de lado durante a Guerra Fria.

Países de todo o Sudeste Asiático ficaram presos nos cálculos estratégicos das grandes potências. O Vietname, o Camboja e o Laos foram devastados pela guerra. Também a Indonésia foi influenciada pelos receios anticomunistas e pelos interesses estratégicos das grandes potências.

Essas mesmas forças moldaram o que aconteceu em Timor-Leste.

A nossa descolonização de Portugal ocorreu no auge da Guerra Fria e o nosso direito à autodeterminação foi sacrificado em nome de preocupações de segurança regional e dos interesses estratégicos ocidentais.

A Indonésia invadiu o nosso país em 1975 e, durante 24 anos, o povo timorense resistiu à ocupação.

Durante muitos anos, liderei a Resistência a partir das montanhas de Timor. Depois de ter sido capturado, continuei a partir da prisão de Cipinang, em Jacarta.

Sabíamos que a luta armada, por si só, não poderia libertar o nosso país.

O objetivo da Resistência armada era manter viva a nossa luta, mostrar ao mundo que o povo timorense não se tinha rendido e criar espaço para a nossa campanha diplomática.

Esta campanha assentava no direito internacional e no nosso direito à autodeterminação. Foi conduzida através das Nações Unidas, da diplomacia internacional e da solidariedade de pessoas de todo o mundo.

Sabíamos, no nosso íntimo, que o único caminho para a paz passava pelo diálogo.

E sabíamos que esse caminho exigiria coragem política e uma visão da nossa região como um espaço de paz, de respeito pelos direitos humanos e de prosperidade partilhada.

Em 1999, o Presidente B.J. Habibie demonstrou essa coragem e concordou em permitir que o povo timorense decidisse o seu próprio futuro através do voto.

Na Consulta Popular realizada em agosto desse ano, exercemos o nosso direito à autodeterminação e votámos, por esmagadora maioria, a favor da independência.

Mas, depois de 24 anos de conflito, ainda tínhamos de construir a paz.

Sabíamos que os nossos primeiros atos de independência teriam de ser a reconciliação dentro do nosso país e com a Indonésia.

Não podíamos construir uma nação sobre a vingança e o ódio. Precisávamos, em vez disso, de construir alicerces de reconciliação e esperança.

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste documentou as experiências do nosso povo e apoiou a reconciliação nas nossas comunidades.

Mais tarde, Timor-Leste e a Indonésia criaram a Comissão da Verdade e Amizade para analisarem em conjunto os acontecimentos de 1999.

Compreendíamos que uma reconciliação construída sobre meias-verdades não seria duradoura.

Ao longo dos anos que se seguiram, a Indonésia e Timor-Leste construíram uma relação que teria parecido quase impossível durante os anos de conflito.

O Presidente Prabowo, que serviu como general indonésio no nosso país, também tem falado sobre esta história de reconciliação.

Disse que, embora ele e eu tenhamos sido adversários, hoje sentamo-nos juntos como amigos.

E é verdade.

Hoje, a Indonésia e Timor-Leste são países vizinhos e amigos próximos. Trabalhamos em conjunto pela paz, estabilidade e desenvolvimento da nossa região.

Foi o Presidente Susilo Bambang Yudhoyono quem incentivou Timor-Leste a procurar a adesão à ASEAN e, hoje, os nossos dois países sentam-se lado a lado como membros da mesma família regional.

Todos os dias, pessoas atravessam a nossa fronteira comum para visitar familiares e amigos, receber tratamento médico e fazer comércio e negócios.

A educação tornou-se um dos laços mais fortes entre os nossos países.

Atualmente, milhares de jovens timorenses estudam em universidades por toda a Indonésia. A Universitas Hasanuddin faz parte desta relação estreita entre os nossos países.

Já há estudantes timorenses a estudar nesta Universidade e, este mês, outros 57 timorenses integraram o novo contingente de estudantes de pós-graduação.

Estão a adquirir conhecimentos e qualificações de que Timor-Leste necessita. Estão também a criar relações profissionais que perdurarão muito depois de regressarem a casa.

É isto que significa reconciliação. Hoje, jovens timorenses vêm para a Indonésia estudar, fazer amigos e preparar o seu futuro.

Senhoras e Senhores,

A Restauração da nossa Independência concretizou o sonho há muito acalentado pelo nosso povo de exercer o direito à autodeterminação.

Mas a nossa soberania não terminava na costa.

Quando Timor-Leste se tornou independente, continuávamos sem fronteiras marítimas permanentes.

A sul, a Austrália recusava reconhecer os nossos direitos soberanos sobre os nossos mares.

A Austrália arrecadava receitas provenientes dos campos de petróleo e gás no Mar de Timor, ao mesmo tempo que se recusava a negociar uma fronteira marítima.

Tínhamos lutado durante 24 anos porque acreditávamos que as decisões sobre a nossa terra, os nossos recursos e o nosso futuro, deveriam ser tomadas pelo nosso próprio povo.

Embora fôssemos agora independentes, continuávamos a lutar por esse mesmo princípio no mar.

A Austrália era um país muito maior e mais poderoso, mas sabíamos que o direito internacional estava do nosso lado.

Foi por isso que, em 2016, Timor-Leste iniciou o primeiro processo de Conciliação Obrigatória ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Foi apenas através deste processo que conseguimos levar a Austrália à mesa das negociações e alcançar um acordo sobre as fronteiras marítimas.

Quero, neste contexto, reconhecer o importante papel da Indonésia enquanto um dos principais arquitetos do moderno direito do mar e da CNUDM.

Assim, quando Timor-Leste recorreu à CNUDM, estava a apoiar-se numa ordem jurídica que a Indonésia tinha ajudado a construir.

Para Timor-Leste, porém, o trabalho de definição das nossas fronteiras marítimas ainda não está concluído. Temos ainda de concluir a delimitação das nossas fronteiras marítimas com a Indonésia.

Com a Indonésia, estamos a seguir uma abordagem diferente. Estamos a negociar diretamente entre nós, através do diálogo e em conformidade com a CNUDM e o direito internacional.

Temos alcançado progressos significativos e confio que conseguiremos concluir este trabalho no mesmo espírito de amizade e respeito mútuo que transformou a relação entre os nossos povos.

Senhoras e Senhores,

Garantir os nossos direitos soberanos sobre a nossa terra e os nossos mares é essencial. Mas a soberania deve também ser sustentada pelo país que construímos.

Nos primeiros anos da independência, Timor-Leste teve de assegurar a paz e construir os alicerces do Estado.

Construímos instituições e infraestruturas nacionais.

Mas a independência, por si só, não nos alimenta.

Precisamos agora de construir uma economia forte e produtiva, capaz de sustentar a nossa nação a longo prazo.

Para Timor-Leste, isto significa criar emprego e oportunidades, sobretudo para os nossos jovens.

Significa também melhorar a nossa segurança alimentar e garantir que produzimos uma maior parte daquilo de que necessitamos.

E temos de utilizar os nossos recursos naturais em benefício do nosso povo.

A soberania não é um slogan. Exige força política e económica.

Um país pode ter uma bandeira, uma Constituição e um lugar nas Nações Unidas.

Mas se não conseguir proporcionar oportunidades aos seus jovens, se não conseguir responder às necessidades básicas da sua população ou se depender de decisões tomadas noutros lugares, então a sua capacidade de determinar o próprio futuro fica limitada.

Lutámos pela nossa independência política. Agora temos de construir a resiliência económica que permita sustentar essa independência ao longo das gerações.

Hoje, esta tarefa está a tornar-se mais difícil.

Vivemos agora num mundo mais perigoso. Existem hoje mais conflitos armados do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial.

As tensões geopolíticas estão a aumentar, assim como a intolerância e a divisão.

Ao mesmo tempo, o aumento das desigualdades está a alimentar a instabilidade e o ressentimento.

Conhecemos esta realidade particularmente bem através da experiência dos Estados frágeis.

Timor-Leste contribuiu para a criação do grupo g7+, que reúne 20 países afetados por conflitos e fragilidade.

O g7+ dá voz aos países frágeis e proporciona-lhes um fórum onde podem apoiar-se mutuamente na construção da paz e da resiliência.

No entanto, precisamente num momento em que mais necessitamos de cooperação internacional, as regras do sistema internacional estão a ser enfraquecidas.

O direito internacional está a ser tratado como facultativo, e não como vinculativo, sobretudo pelos países mais poderosos.

Se vivermos num mundo em que o poder determina quais as regras que são aplicadas, os países pequenos e frágeis estarão sempre vulneráveis.

É por isso que a cooperação é tão importante para os Estados pequenos e em desenvolvimento.

Precisamos do direito internacional para proteger os nossos direitos. Precisamos de instituições multilaterais para podermos cooperar e trabalhar em conjunto na resolução de problemas que não conseguimos resolver sozinhos.

Um país soberano não demonstra a sua independência isolando-se. Demonstra-a ao escolher livremente a forma como trabalha com os outros.

Neste mundo volátil e marcado por disputas, um pequeno país como Timor-Leste não pode ficar sozinho.

Foi por isso que trabalhámos durante tantos anos para aderir à ASEAN.

A nossa adesão à ASEAN concretizou uma aspiração nacional há muito acalentada. Coloca também Timor-Leste no centro da vida económica, política e estratégica desta região.

Em 2029, Timor-Leste terá a grande honra de assumir a presidência da ASEAN.

Será um momento importante para o nosso jovem país. Será também um privilégio e uma responsabilidade servir a comunidade da ASEAN e contribuir para reforçar a paz, a cooperação e a unidade da nossa região.

Senhoras e Senhores,

A soberania depende também do conhecimento e da capacidade nacional.

Um país não pode tomar boas decisões sobre o seu futuro se não dispuser dos recursos humanos e dos conhecimentos especializados necessários para compreender as opções e possibilidades que tem pela frente.

É por isso que as universidades são tão importantes.

Proporcionam-nos conhecimento e competências especializadas.

Mas ajudam-nos também a aprender a pensar criticamente, a testar ideias e a exercer o nosso discernimento.

O conhecimento ajuda-nos a compreender o mundo. O discernimento ajuda-nos a decidir o que fazer perante ele.

Durante a Resistência, fomos muitas vezes confrontados com escolhas extremamente difíceis, em circunstâncias de enorme pressão. Mas tínhamos de tomar decisões estratégicas que mantivessem aberto o caminho para a autodeterminação.

Hoje, o discernimento torna-se ainda mais importante à medida que a tecnologia transforma o mundo em que vivemos.

A inteligência artificial é um exemplo.

Embora a IA possa trazer benefícios, levanta também questões sérias em matéria de soberania.

Temos de nos perguntar o que acontece quando as empresas tecnológicas se tornam mais ricas e mais poderosas do que os países.

Já vemos empresas de inteligência artificial a transformar o vasto património do conhecimento humano num produto e a cobrar-nos depois o acesso ao mesmo através de uma subscrição mensal.

Existem também perigos para as nossas sociedades e democracias.

A mesma tecnologia que torna o acesso ao conhecimento mais barato pode também tornar o engano mais barato.

A inteligência artificial pode tornar as burlas e fraudes mais convincentes. Pode criar vozes, imagens e vídeos realistas de acontecimentos que nunca ocorreram.

O perigo não está apenas no facto de as pessoas poderem acreditar no que é falso. Se tudo puder ser fabricado, as pessoas poderão também começar a duvidar do que é verdadeiro.

Isto torna a educação e o pensamento crítico mais importantes do que nunca.

Precisamos de pessoas que questionem de onde vem a informação, quais são as provas e se aquilo que lhes é dito é verdadeiro.

Precisamos de pessoas capazes de formar os seus próprios juízos, em vez de simplesmente aceitarem as respostas dadas pela inteligência artificial.

É precisamente esta a responsabilidade que recai tanto sobre os estudantes indonésios como sobre os estudantes timorenses da Universitas Hasanuddin. O discernimento que aqui desenvolverem ajudará a determinar se os nossos países controlarão o seu próprio futuro ou se nos limitaremos a tornar-nos consumidores de decisões tomadas noutros lugares.

As universidades têm uma responsabilidade que vai muito além de preparar as pessoas para o mercado de trabalho.

A soberania exige também pessoas com os conhecimentos necessários para compreender as nossas opções e com o discernimento necessário para tomar as decisões certas para o nosso povo.

Senhoras e Senhores,

Para Timor-Leste, o trabalho de construção de uma nação soberana e resiliente ainda não terminou.

A independência política deu ao nosso povo o direito de determinar o seu futuro. Mas cada geração tem de desenvolver a capacidade necessária para exercer esse direito.

Uma nação resiliente precisa de instituições fortes e de uma economia produtiva. Precisa também de pessoas com os conhecimentos, as competências e o discernimento necessários para tomar boas decisões em defesa do interesse nacional.

As universidades fazem parte dessa força nacional.

A Universitas Hasanuddin foi criada numa época em que a Indonésia estava a construir as instituições e a capacidade humana de uma nova República.

Setenta anos depois, o mundo é muito diferente, mas esse trabalho continua.

As universidades devem continuar a desenvolver o conhecimento, a estimular o pensamento crítico e a preparar pessoas capazes de contribuir para a força e a resiliência das suas nações.

Os estudantes timorenses que estudam aqui, na Universitas Hasanuddin, já fazem parte desse trabalho.

A sua presença diz também algo importante sobre os nossos dois países.

Hoje, jovens timorenses vêm para a Indonésia estudar. Os nossos governos trabalham em conjunto e os nossos países sentam-se lado a lado na ASEAN.

Foi isto que a reconciliação tornou possível.

A distinção que hoje me é concedida reflete o quanto evoluiu a relação entre os nossos países.

Ao Reitor, ao Senado, aos académicos e aos estudantes da Universitas Hasanuddin, agradeço esta grande honra e a amizade que têm demonstrado para com o povo de Timor-Leste.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão